



— Relatório Político-Económico do OE 2026

Publicado em 2025-10-21 09:31:29



Relatório Político-Económico do Orçamento do Estado 2026

Proposta apresentada pelo Governo à Assembleia
da República · Outubro 2025

Por **Francisco Gonçalves & Augustus Veritas**

Lumen · SofteLabs / Fragmentos do Caos

I — Síntese Política e Contexto

O Orçamento de Estado 2026 (OE 2026) nasce sob o signo da prudência, mas também da hesitação. Após uma sucessão de anos de consolidação orçamental e excedentes simbólicos, o Governo mantém o rumo do equilíbrio e anuncia um excedente de **0,1 % do PIB**, prevendo a dívida pública a descer para **88 %**. A estratégia é de “responsabilidade europeia” — mas o preço é a falta de ousadia interna.

Contexto político:

- Governo minoritário, pressionado por Bruxelas e por uma sociedade exausta.
- Debate público saturado de tecnicismo: a discussão sobre o défice substitui a discussão sobre o modelo de país.
- A retórica da “estabilidade” é usada como sinónimo de imobilismo.

O OE 2026 é politicamente cauteloso porque o poder que o concebeu tem medo de errar — e medo de sonhar.

II — Estrutura Económica

Crescimento e endividamento:

- Crescimento previsto: **2,3 %** (otimista face ao arrefecimento europeu).

- Inflação esperada: **2,1 %**, permitindo leve recuperação do rendimento real.
- Investimento público: **3,8 % do PIB**, mas 60 % dependente do PRR.
- Dívida pública: **88 % do PIB**, a meta-fetice da ortodoxia orçamental.

Análise crítica: A previsão de crescimento é frágil; a economia portuguesa continua excessivamente dependente de serviços e de investimento externo. O excedente de 0,1 % é um número político, não económico — o sinal de que o orçamento serve para mostrar solvência, não para gerar transformação.

O Estado cumpre a folha de cálculo, mas falha a folha da História.

III — Fiscalidade e Justiça Económica

- Pequena descida do IRS ($\approx 0,3$ p.p.) nos escalões intermédios.
- Atualização dos escalões em 3,5 % (abaixo da inflação acumulada 2024-25).
- Continuidade na tributação de lucros empresariais e derrama.
- Isenção de IMT/IMI para arrendamento acessível e incentivo fiscal a quem vende para amortizar crédito.

Crítica: A política fiscal continua administrativa, não transformadora. O peso dos impostos indiretos mantém-se e a progressividade efetiva é mínima.

Nada no OE 2026 enfrenta a evasão fiscal ou o escoamento de capitais para paraísos fiscais — a corrupção financeira continua fora da contabilidade moral do Estado.

Um país que cobra muito a quem trabalha e pouco a quem especula, abdica de ser justo.

IV — Serviços Públicos e Funções Sociais

- **Saúde:** aumento nominal de 5 %, abaixo do crescimento do PIB; falta de profissionais.
- **Educação:** investimento em digitalização, mas sem atrair professores jovens.
- **Pensões:** subida média de 4,2 %, complemento solidário +40 €, sem plano de sustentabilidade.

Síntese: preserva-se o Estado social, mas não se renova. Portugal envelhece sem projeto de rejuvenescimento.

V — Habitação e Coesão Territorial

- Reforço do Programa de Habitação (+33,8 %), dependente do PRR.
- Extensão de apoios à renda e incentivos fiscais ao arrendamento.

Falhas: ausência de política de solos, imóveis vazios sem solução, jovens excluídos do crédito bonificado.

O Estado promete casas, mas continua a construir relatórios.

VI — Empresas, Inovação e PRR

Portugal aparece entre os que mais dedicam o PRR a I&D — e entre os que menos executam. O OE 2026 mantém o discurso da inovação, mas sem novos mecanismos operacionais. Incentivos genéricos, execução lenta, PME tecnológicas esquecidas.

A inovação portuguesa vive no PowerPoint — e morre na repartição.

VII — Finanças Públicas e Riscos

1. Excedente técnico vulnerável a variações de juros.
2. Dependência europeia excessiva (PRR \approx 70 % do investimento público).
3. Pressão social crescente (habitação, rendimentos reais).
4. Inércia administrativa crónica.

VIII — Síntese Política

O OE 2026 representa o triunfo da prudência sobre a visão. É um orçamento que procura não desagradar a ninguém, mas também não inspira ninguém. Cumpre metas europeias, ignora metas civilizacionais: equidade, conhecimento, futuro.

O Estado cumpre a folha de cálculo, mas falha a folha da História.

IX — Recomendações Estratégicas

- Reindustrialização tecnológica imediata e soberania digital.
- Reforma fiscal ética e simplificação estrutural.
- Plano nacional de habitação pública com política de solos.
- Gestão pública transparente com auditorias automáticas.
- Educação técnica e científica reformulada e dual.

X — Epílogo: a Moral das Contas

O Orçamento de 2026 é uma partitura escrita com medo de desafinar. Prefere a nota certa à melodia nova. Mas um país que vive de acertos técnicos sem emoção coletiva adoece de mediocridade.

*Portugal precisa de coragem orçamental — de
contas que inspirem e números que libertem.*

*Francisco Gonçalves · SofteLabs / Fragmentos do
Caos
Outubro 2025*



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)

👁 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)